

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.868 - DF (2019/0163880-6)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : E R DE A (PRESO)  
**ADVOGADOS** : CHIRLENE MARIA NUNES PEREIRA - DF045706  
EVANDRO MOTTA ARAUJO - DF042773  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por E. R. DE A. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios proferido no *Habeas Corpus* n.º 0707002-47.2019.8.07.0000.

Consta dos autos que o Recorrente – que cumpre pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 217-A, do Código Penal – teve indeferido, pelo Juízo das Execuções Penais, pleito de progressão ao regime aberto (fls. 304-305).

Irresignada com o indeferimento da progressão de regime, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 320-332).

Em suas razões, o Recorrente sustenta, em suma, que preenche os requisitos objetivo e subjetivo para progredir ao regime aberto.

Assevera que "*tanto a decisão do Juízo da Vara de Execuções, tanto a Egrégia Terceira Turma, baseou a decisão de indeferimento da progressão em razão de suposta gravidade do fato*" (fl. 341).

Aduz que "*o relatório carcerário juntado aos autos demonstra o seu bom comportamento, que foi inclusive atestado pelo Diretor do Presídio*" (fl. 342).

Assenta que a progressão de regime foi condicionada à realização de saídas temporárias pelo Apenado, mas que "*se o próprio exame criminológico é facultativo, não são as saídas temporárias que poderão obstar a progressão do Paciente*" (fl. 345).

Requer, em liminar e no mérito, seja determinada a imediata progressão ao regime aberto ou, subsidiariamente, "*em caso de não concessão da progressão sem restrição, necessária se faz a implementação do sistema de monitoramento eletrônico*"

(fl. 349).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora.

Como é cediço, o benefício da progressão de regime somente será concedido ao condenado que preencher, cumulativamente, os requisitos objetivo e subjetivo, a teor do disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal.

No caso, não constato o *fumus boni iuris* do pedido, na medida em que a decisão que indeferiu o pedido de progressão de regime não se mostra, *primo icto oculi*, desarrazoado ou carente de fundamentação, mormente porque o Juízo *a quo* também apresentou, como motivação para o indeferimento, a existência de "*características psicológicas negativas verificadas no laudo de exame criminológico*" (fl. 304) do Reeducando.

Nesses termos, o Colegiado de origem expôs as seguintes razões ao manter a decisão de indeferimento da progressão de regime (fl. 327-328, sem grifos no original):

*"No caso vertente, verifica-se que o paciente cumpre pena por crime sexual, praticado contra vítima que à época dos fatos contava com 10 (dez) anos de idade. Na ocasião, ele se aproveitou do fato dela ter ido sozinha até sua residência para entregar-lhe uma revista de cosméticos a pedido da mãe, oportunidade em que, colocou-a no colo e passou a esfregar o pênis em sua vagina, por cima da roupa.*

*Conforme informações extraídas do Laudo de Exame Criminológico produzido em 1/6/2017, constatou-se que o apcnado possui as seguintes características de personalidade: ansiedade, concretismo, dependência, depressão, energia, esquizoide, impulsividade, inadequação, insegurança, necessidade de apoio, organicidade, preocupações sexuais, psicose, regressão, retraimento, tensão, nível não satisfatoriamente amadurecido no trato com suas emoções, baixa tolerância à frustração, carência afetiva, sentimento de vazio e fuga de situações afetivas. Diante disso, sugeriram os psicólogos: atendimento psicológico frequente e ininterrupto, assim como, a sua inclusão em grupo de Relações Interpessoais e a manutenção das atividades produtivas.*

*Em 4/4/2018, foi realizada nova avaliação do paciente, sendo, então, verificado que ele apresentava frieza afetiva, humor relativamente ansioso e no momento, não apresentava condições de*

***convívio em sociedade, pois precisava passar por psicoterapia eficaz.***

***Por isso, foi incluído em Grupo de Atendimento Psicossocial, vindo, assim, em 19/9/2018 e 28/3/2019 a concluir o Grupo de Sexualidade Níveis I e II.***

*Neste contexto, é imperioso destacar que, não obstante haja nos autos informações de que o paciente encontra-se engajado em trabalho interno, assim como concluiu as atividades do Grupo de Sexualidade, o MM. Juiz de Direito indeferiu a progressão de regime, em razão de a situação específica do paciente demandar uma cautela maior por parte do Poder Judiciário, pois foi ele condenado por crime sexual, e, por isso, deve-se ter mais subsídios para se conceder ao réu benesses que não serão diretamente vigiadas pelo Estado.*

*No que tange ao ponto, importa destacar que não se descarta que após o advento da Lei nº 10.792/2003, não é mais exigida a realização de exame criminológico para a concessão de benefícios prisionais, não impondo a Lei de Execução Penal sua realização para fins de verificação de requisitos subjetivos. No entanto, os Tribunais Superiores firmaram entendimento no sentido de que, mesmo inexistindo previsão na Lei de Execuções Penais, o Juiz poderá exigir a realização do referido exame, mediante decisão fundamentada, a fim de que o laudo produzido possa subsidiar a futura decisão.*

*[...]*

***Nesse prisma, não há qualquer ilegalidade na decisão resistida, pois, em determinadas situações pontuais e específicas, é certo que o acompanhamento do sentenciado é imprescindível para que o magistrado tenha uma visão correta e adequada sobre a possibilidade de o apenado retornar ao convívio social, com o fito de lhe proporcionar condições para uma harmônica integração social, sem, contudo, causar qualquer transtorno para a ordem pública, o que, a toda evidência, não implica em tratamento desumano e degradante."***

Nessa perspectiva, consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior, embora a nova redação do art. 112 da Lei n.º 7.210/1984 não mais exija, de plano, a realização de exame criminológico, cabe ao magistrado verificar o atendimento dos requisitos subjetivos à luz do caso concreto, podendo, por isso, determinar a realização da perícia, se entender necessário, ou mesmo negar o benefício, desde que o faça fundamentadamente, quando as peculiaridades da causa assim o recomendarem, em observância ao princípio da individualização da pena, previsto no art. 5.º, inciso XLVI, da Constituição da República.

Ademais, "o afastamento dos fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem quanto ao mérito subjetivo do paciente demandaria o reexame de matéria fático-probatória, providência inadmissível na via estreita do habeas corpus" (HC

470.114/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 03/05/2019).

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório e singular.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo das Execuções Penais e ao Tribunal de origem, notadamente para que prestem **esclarecimentos pormenorizados acerca das alegações apresentadas no presente writ**.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora